



PAPEL DE BRANCO, PALAVRA DE ÍNDIO: O PROTAGONISMO INDÍGENA NO JORNAL MENSAGEIRO (1979-1988)¹

Alana Wictória Lima de Oliveira
Universidade Federal do Pará
historiaalanaoliveira@gmail.com

Introdução

Em 1979, a segunda edição do jornal Mensageiro trazia as seguintes mensagens: “O Mensageiro quer levar a voz de índios para os outros índios” e “Escreva ou peça para alguém gravar a sua voz e mandar” (MENSAGEIRO, 1979, nº 2, p. 4)². A partir disso, refleti sobre a possível participação indígena nesse material e de que maneira ela pode ter ocorrido. Além disso, optei por essa análise por tratar-se de um tema que me atravessa no sentido afetivo, tanto pessoal quanto profissional, pois sou neta de uma mulher indígena que sempre expressou protagonismo no decorrer de sua vida. Logo, até hoje minhas pesquisas acadêmicas foram direcionadas para essa perspectiva. Para perceber como os indígenas protagonizaram suas lutas em meio a um contexto de tantas violências cometidas contra seus povos e territórios, escolhi analisar a criação e a organização do jornal Mensageiro para demonstrar a agência indígena. Afinal, o Mensageiro foi criado em uma conjuntura política e social adversa aos povos indígenas, e significou uma importante ferramenta não apenas de informação, mas também de organização e mobilização, utilizada pelos indígenas para atingir determinados fins. Os trechos acima são representativos nesse sentido, já que abordam, mesmo que sumariamente, o objetivo e a ideia principais que nortearam a sua fundação.

Nesse ínterim, a perspectiva adotada para abordar a questão do protagonismo indígena foi a chamada Nova História Indígena (MONTEIRO, 1999), que proporcionou a esta pesquisa a base teórica para estudar como esses povos expressaram sua capacidade de agência tanto na participação na criação do jornal, quanto na construção das suas edições. Melhor dizendo, como esses indígenas souberam utilizar a seu favor as possibilidades disponíveis naquela conjuntura, sendo a relação com o Conselho

¹ Esse texto é parte de uma pesquisa que desenvolvo no mestrado do Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, da Universidade Federal do Pará (PPHIST-UFPA), sob orientação do Prof. Dr. Márcio Couto Henrique (UFPA).

² As edições do jornal Mensageiro foram digitalizadas e estão disponíveis no site da Biblioteca Nacional Digital.



Indigenista Missionário e, conseqüentemente, o ato de conceber o Mensageiro, o ponto crucial para tal movimentação. Além disso, ainda com esse objetivo central, recorri a outro tipo de fonte: as entrevistas com pessoas que tiveram contato direto ou indireto com o Mensageiro durante o período aqui analisado. Isso permitiu-me ampliar o horizonte de análise sobre essa atuação indígena e os rumos que foram seguidos nessa finalidade, pois cada interlocutor possui um rico relato sobre sua experiência com o jornal Mensageiro.

Por meio da investigação das fontes – edições do jornal e entrevistas – verificou-se que o jornal Mensageiro pode ser estudado dentro da perspectiva de uma imprensa alternativa. Logo, ele é tratado aqui como parte desse processo que teve ampla formulação nas décadas em que o Brasil ficou sob domínio de um regime civil-militar. Trata-se de uma imprensa diversa da chamada “grande imprensa”, pois possui características como posição antigovernista generalizada e oposição às tendências hegemônicas típicas do modelo da grande imprensa (AGUIAR, 2012). Além de visar, sobretudo, a divulgação de ideias e não o lucro (KUCINSKI, 2003). Esse é o caso do jornal Mensageiro, porque não apenas suas características materiais, mas também sua filosofia pode ser comparada com os elementos centrais da imprensa alternativa e incluídas nesta (OLIVEIRA, 2023), já que os fins pretendidos por ele estavam ligados à chamada “causa indígena”. Logo, divulgar as situações em que se encontravam os povos indígenas naquele momento, suas demandas, seus pensamentos, entre outros aspectos, era o mais importante.

Este estudo possui um recorte temporal que abrange o período desde a criação do jornal Mensageiro, em 1979, até a promulgação da Constituição Federal de 1988, por considerar a importância desta para o avanço nas discussões que envolvem os direitos indígenas e a forma como são enxergados pelo Estado brasileiro, ao menos em tese. O contexto brasileiro na década de 1970 foi profundamente marcado pelo autoritarismo da ditadura civil-militar, que dominava o campo político e que, portanto, afetou diretamente as relações sociais. Os anos de 1980 marcaram a chamada “transição democrática”, que segundo Daniel Aarão Reis (2014), teve como fator culminante a promulgação da Constituição Federal de 1988. Ao estudar as edições do jornal Mensageiro que contemplam esse processo transitório, verifiquei inúmeros casos de violências diversas sofridas pelos indígenas nessa conjuntura e abordadas pelo jornal Mensageiro: assassinatos, invasão de territórios, contaminação de rios, entre outros.



O regime civil-militar implementado em 1964 elaborou uma política desenvolvimentista que marcou um olhar sobre a Amazônia baseado na exploração econômica, desacelerada e degradante (CUNHA; DELLARI; VIDAL, 1981). O cenário era dominado por um discurso de desenvolvimento e progresso nacional, logo, os povos indígenas foram encarados como obstáculos. Era preciso “lidar” com esse “problema”. Por esse motivo, houve uma política indigenista que propagava a ideia de “integração do índio”³ à sociedade nacional, o que, naquele momento, estava atrelado à ideia de perda identitária, ou seja, o índio deixaria de ser índio e, dessa maneira, não precisaria de suas terras (SUESS, 1989).

Nasce o jornal Mensageiro

Nesse contexto, o Cimi (Conselho Indigenista Missionário) surgiu como um forte aliado dos povos indígenas com relação às suas lutas, pois objetivou criar uma pastoral indigenista que pudesse se contrapor ao modelo oficial de política indigenista em execução e que aos poucos se transformaria em uma pastoral também indígena (SUESS, 1989). A aliança entre o chamado “setor progressista” da Igreja Católica e indígenas, junção que proporcionou mobilização e estruturação para o que viria a ser o Movimento Indígena, gerou o jornal Mensageiro como um dos frutos dessa parceria. Foi em uma das assembleias indígenas, organizadas com apoio do Cimi, que nasceu o jornal intitulado “Mensageiro”, que pretendia “[...] levar a voz de índios para outros índios” (MENSAGEIRO, 1979, 1979, nº 2, p. 4). Trata-se da Terceira Assembleia do Cimi – Regional Norte II⁴, que ocorreu no Centro de Treinamento da Prelazia do município de Abaetetuba (PA), na comunidade Laranjal, e reuniu missionários e indígenas representantes de quatro povos: Mundurucu (PA), Palikur, Karipuna e Galibi (AP). O encontro, muito citado na primeira edição, tinha como intuito discutir as problemáticas enfrentadas pelos indígenas a nível nacional e quais as possibilidades disponíveis para encarar essas situações que, na maior parte das vezes, eram tensas por envolverem

³ Uso “índio” para me referir ao termo da época, principalmente por conta do Estatuto do Índio e da forma como o Estado e a sociedade, enxergava os indígenas a partir do viés da homogeneização.

⁴ Além de um Secretariado Nacional, o Conselho Indigenista Missionário é dividido em unidades regionais, para atuar de forma mais efetiva nas diferentes partes do país. De acordo com informações retiradas do site do Cimi, hoje, ao todo são 11 regionais, sendo que a Regional Norte II contempla os Estados do Pará e Amapá.



conflitos. Em geral, essas situações conflituosas se davam em decorrência de problemas relacionados à questão da terra (OLIVEIRA, 2023).

Na ocasião, segundo o próprio Mensageiro (nº 1, 1979), os indígenas decidiram que seria proveitoso criar um jornal que pudesse servir de instrumento na divulgação e no apoio das lutas dos diversos povos indígenas do Brasil, além de propiciar uma interação entre eles a partir da troca de pensamentos e informações sobre suas experiências. Isso também pode ser constatado no relato de irmã Rebeca⁵, uma das pessoas interlocutoras desse trabalho. Ao lembrar a fundação do Mensageiro, ela pontua:

Então fizemos uma assembleia misto do Cimi e dos índios, aqui que nasce o Mensageiro. Deve ser 78, creio eu, e veio para esta assembleia três caciques do Oiapoque e três dos povos, são quatro, mas três vieram, e dois Munduruku da missão Cururu [...]. E missionários só tinha os...acho que nem chegou a dez. Éramos pouquíssimas pessoas. Mas esses cinco caciques disseram nessa assembleia que queriam um instrumento de comunicação entre si. E assim que nasceu o Mensageiro. [...] E o nome “Mensageiro” porque o seu Geraldo, que é Galibi Kali’na e veio do lado francês, [...] ele falava que ele lembrava na guerra, na segunda guerra, tinha esses pombos que carregavam cartas, então na capa do primeiro Mensageiro tem o desenho de um pombo com mensagem, e o Mensageiro era para levar as notícias de um povo para o outro povo e ele era escolhido editor (Irmã Rebeca, entrevista cedida em 5 de outubro de 2022).

Percebe-se então, que o relato enfatiza que a iniciativa de construir o Mensageiro partiu dos indígenas, ou seja, de suas necessidades naquele momento, sendo uma delas a comunicação. Isso também está presente no discurso apresentado pelo jornal para justificar o seu surgimento. Obviamente o relato citado retrata uma perspectiva missionária. Saber em que medida o indígena Geraldo Lod atuou como editor do jornal, foi uma das minhas inquietações⁶, já que uma longa distância, principalmente em 1979 – quando ainda não havia recursos para uma comunicação rápida e instantânea nas aldeias - separava a sede do Cimi Regional Norte II, em Belém do Pará, e os povos indígenas do

⁵ Assim é chamada a norte-americana Roberta Lee Spires, missionária do Cimi Regional Norte II, que estava presente no momento de fundação do jornal Mensageiro, bem como participou, juntamente com o padre Nello Ruffaldi, da construção das edições do jornal. Irmã Rebeca trabalha junto aos povos indígenas do município de Oiapoque, no Estado do Amapá.

⁶ Infelizmente o seu Geraldo Lod, indígena Galibi Kali’na, mencionado pela irmã Rebeca como a pessoa que escolheu o nome do jornal e foi escolhido para ser o editor, já é falecido, portanto, não foi possível captar a sua versão a não ser através de seus relatos publicados no jornal.



Oiapoque, no Amapá. Manoel Sorácio Nunes⁷, indígena do povo Galibi-Marworno, outro interlocutor dessa pesquisa, também discorre sobre a ideia de criação do jornal:

Aí o padre Nello falou: “olha tem a sugestão de criar um jornalzinho, mas quem tem que fazer isso são vocês, vocês têm que puxar isso, vocês têm que fazer a divulgação enquanto nós missionários a gente pode dar suporte, coordenar com vocês, mas quem pode ser protagonista disso são vocês lideranças indígenas que vê as causas (Sorácio, entrevista concedida em 11 de novembro de 2022).

Sorácio Galibi ainda não havia nascido em 1979, ano de criação do Mensageiro. Porém, essa história chegou até ele através da oralidade da sua comunidade. Nesse relato, apesar do padre dizer que a ideia de criação do jornal existia, como algo que alguém sugeriu, não se especifica de quem partiu essa concepção. Mas, há uma ênfase feita à fala do padre Nello que demonstra justamente o pensamento de que a proposta deveria ser posta em prática pelos próprios indígenas, pois eles deveriam ser os protagonistas dessa história. Essa perspectiva tem relação com a nova postura que foi assumida por esse setor progressista da Igreja Católica, especialmente a partir de década de 1960, na América Latina. Trata-se da Teologia da Libertação, uma nova concepção sobre o papel da Igreja diante das injustiças, da opressão e da desigualdade social (SILVA, 2006). Um conjunto de fatores geraram essa mudança, como as reflexões plantadas no seio da Igreja através do Concílio Ecumênico Vaticano II, realizado entre 1962 e 1965 em Roma, e a II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, ocorrida em Medellín em 1968. É o que Paulo Suess chamou de “[...] releitura histórica do trabalho missionário, de revisão, autocrítica e replanejamento [...]” (SUESS, 1989). O Conselho Indigenista Missionário é uma expressão nacional dessa transformação de mentalidade experimentada pelo clero.

Outro ponto que pode ser abordado por meio desse relato é como o Cimi atuou naquele momento histórico frente aos povos indígenas, dando suporte e assessoria para que as comunidades se mobilizassem e conquistassem cada vez mais autonomia. Esse discurso está presente no relato missionário e no indígena, e dentro do próprio jornal. Cabia ao Cimi apoiar e incentivar esse processo de autodeterminação, ou seja, reconhecer que os indígenas são pessoas totalmente capazes de tomar suas próprias decisões, se organizar como preferirem, exigir direitos e participação política e estabelecer as relações

⁷ O interlocutor é da aldeia Kumarumã, Terra Indígena Uaçá, localizada no município de Oiapoque, Amapá. Atualmente Sorácio cursa Engenharia Sanitária e Ambiental na Universidade Federal do Pará.



que julgassem necessárias aos seus interesses. Sobre esse assunto, Paulo Suess⁸ (1989) exemplifica como isso era um dos objetivos dos missionários do Cimi. O autor cita a VI Assembleia Nacional do Cimi, realizada em 1985, que manifestou essa perspectiva:

A VI Assembleia de 1985 agita, como as anteriores, a bandeira da autodeterminação e afirma “que é direito fundamental dos povos indígenas serem eles mesmos os protagonistas de sua própria história. Por isso continuamos a serviço deles, defendendo o seu direito de organização e participação política, objetivando a sua autodeterminação (SUESS, 1989, p. 33).

Assim, durante a leitura das edições do jornal, em vários momentos é possível identificar a participação do Cimi na mobilização e organização de assembleias indígenas. Esses encontros, muito recorrentes naquele contexto dos anos de 1980, serviam, entre outras coisas, para discutir os problemas das comunidades. Ademais, também eram momentos de conhecer outros povos, saber suas histórias e culturas, e criar, de acordo com as fontes consultadas, o sentimento de união entre os povos indígenas. Isso era ressaltado por meio dos elementos comuns que emanavam nessas assembleias, a saber: a questão da terra. Através da pesquisa, ficou explícito que a maior parte dos problemas que atingiam os povos indígenas naquele momento tinham relação com a terra. Por isso, é comum observar no Mensageiro a frase “o problema de um é problema de todos”. E a partir desse problema o discurso da união era estimulado. Como se dava a participação do Cimi nesse processo? O Conselho Indigenista Missionário aparecia ajudando com as passagens para os indígenas conseguirem participar desses encontros, articulando esses eventos entre comunidades de regiões muitas vezes distintas, auxiliando no envio de convites entre elas e recolhendo informações durante essas assembleias com o intuito de publicar no jornal Mensageiro.

Mediante esse contexto, por intermédio das fontes, identifiquei que a comunicação era uma demanda importante para os povos indígenas naquele momento, pois como foi dito, os indígenas queriam não apenas saber qual era a situação das outras comunidades e enviar mensagens de apoio, mas também trocar informações no sentido de averiguar possibilidades para resolver os seus próprios problemas a partir do exemplo desses outros

⁸ Paulo Suess é um teólogo alemão. Como consta em seu texto, ele compôs a Secretaria Nacional do Cimi no início dos anos de 1980. Em 1988 atuava como assessor teológico do Cimi, função que exerce até o momento.



povos e do que estavam fazendo para superar as adversidades. As assembleias serviam para isso, mas nem sempre era possível realiza-las. Por isso, era necessário outro mecanismo de comunicação. Nesse sentido, o jornal Mensageiro foi enxergado como uma ferramenta útil para esse fim, como expresso por algumas mensagens publicada no jornal:

Nós fomos os criadores do jornal mensageiro, uma vez nós fomos para uma assembleia nós eramos cinco, eu Paulo Orlando Palikur, Tãgaha Karipuna, Geraldo Lod Galibi e dois caciques Munduruku o Francisco Hakai e o Floriano Tawé, nós que criamos esse jornal, prá saber tudo o que está se passando com os nossos irmãos índios, nós damos apoio para ele e ele nos dá apoio, eu sempre leio e ficamos sabendo tudo o que acontece com outros nossos irmãos índios, o sofrimento e a luta de nós índios (MENSAGEIRO, 1987, nº 47, p. 4).⁹

Essa mensagem foi publicada no jornal como sendo um dos pronunciamentos ocorridos em uma assembleia indígena realizada na aldeia Kumarumã, na região do Oiapoque, Amapá, entre os dias 01 e 03 de junho de 1987. Paulo Orlando Palikur, o autor do relato, é apontado, desde as primeiras edições, como um dos fundadores do jornal Mensageiro, logo, uma das lideranças indígenas presentes na assembleia que deu origem ao veículo comunicativo. Percebe-se, por meio desse trecho do seu pronunciamento, que ele confirma que o objetivo inicial do Mensageiro, que era estabelecer uma comunicação entre os vários povos indígenas, obteve êxito, pois ele próprio afirma ler o jornal e se informar sobre os contextos de outras comunidades. Em vários outros momentos no decorrer das edições é possível encontrar discursos que se assemelham a esse, pontuando o jornal Mensageiro como um instrumento de informação, através do qual os povos indígenas teriam conhecimento sobre outras realidades. Algumas mensagens assumem ainda um tom de agradecimento ao Mensageiro por cumprir esse papel informativo.

De índio para índio

Na quarta edição, publicada em junho de 1980, há a menção a uma visita de representantes do Cimi, mais particularmente a irmã Rebeca e o padre Nello Rufaldi, ao povo Surui, no sul do Pará. O texto narra que, na ocasião, os dois comentaram sobre a situação vivida pelos povos do Amapá, especialmente os Karipuna, Galibi e Palikur, e como eles estavam criando iniciativas que beneficiavam suas comunidades. Segundo o

⁹ Optou-se por manter a grafia original da fonte, por isso, em muitas citações há palavras que, de acordo com as normas da língua portuguesa, estão incorretas. O objetivo em manter tais palavras é justamente analisar o contato que essas indígenas tiveram com essa língua. O que, por sua vez, pode revelar o nível de entrosamento com os missionários e, em alguns casos, com a sociedade envolvente.



jornal, os Surui ficaram muito interessados em conhecê-los e trocar informações a respeito dessas iniciativas comunitárias: “O que vocês fazem lá, nós podemos fazer aqui” (MENSAGEIRO, nº 4, 1980, p. 1). Dessa forma, os indígenas decidiram enviar uma mensagem. Na carta, os Surui (remetentes) detalham alguns de seus aspectos culturais, mobilizando, inclusive, a própria história do povo no intuito de demonstrar continuidades e rupturas.

Entre os elementos que perduram entre o que o relato define como “História Antiga” e “História Atual”, está a questão da luta pela terra como um ponto central de sobrevivência. Na verdade, a própria utilização que foi feita da noção de “História”, dividindo-a em duas fases distintas, demonstra a agência indígena no sentido mais amplo, pois o passado foi utilizado como uma forma de registrar principalmente que as condições atuais – no momento em que o relato foi construído – estavam marcadas por problemáticas do passado. A mensagem foi gravada e enviada em uma fita, como afirma o texto anterior ao relato. Esse relato foi transcrito e publicado pela redação do jornal, que provavelmente era constituída de missionários e funcionários do Cimi, hipótese que pode ser reforçada por meio da análise de uma fotografia exposta na parte de trás da capa da edição.



Figura 1 – Irmã Rebeca, sentada no canto inferior esquerdo, reunida com indígenas do povo Surui, segurando o que parece ser um gravador.



Na foto está a irmã Rebeca, missionária do Cimi, sentada no canto inferior

Fonte: Mensageiro, nº 4, 1980, capa. Disponível na Biblioteca Nacional Digital

esquerdo da foto, reunida com sete indígenas do povo Surui, entre homens e mulheres, segurando em uma das mãos o que parece ser um gravador, que possivelmente foi utilizado para gravar a fita mandada aos povos do Amapá. Um dos indígenas, que está em pé encostado em uma rede e que ocupa a parte central da fotografia, está olhando um papel. Não se sabe se o que ele está observando é a transcrição da mensagem gravada. Há essa possibilidade, porém, não se pode afirmar. Tanto os relatos publicados nessa edição – nº 4 – como a própria imagem são significativos para entender não apenas a interação entre missionários e indígenas, mas também como isso refletia na produção do Mensageiro. Ou seja, aqui há evidências de que os indígenas participavam da construção do jornal através da organização de materiais para publicação. Durante a entrevista com a irmã Rebeca, em vários momentos houve a menção ao processo de produção do Mensageiro. Segundo ela, quem fazia todo o processo de redação, edição e impressão eram membros do Cimi, principalmente ela e o padre Nello Ruffaldi:

Agora, quem fazia o trabalho de digitar e tudo fomos nós [...]. Padre Nello fazia muito fotografia e imprimia as fotografias preto e branco. Então a gente digitava, não tinha computador, digitava na máquina de escrever, daquelas antigos mesmo! E tinha...imprimia a folha. Imprimia, xerocava a folha e tinha espaço para as fotos e ele fazia as fotos (Irmã Rebeca, entrevista cedida em 5 de outubro de 2022).



Percebe-se que as fotografias são atribuídas ao padre Nello Ruffaldi, o que abre a possibilidade de a fotografia exposta anteriormente ser de autoria dele. Através desse relato, pode-se inferir que o processo técnico de produção do jornal era feito pelos membros do Cimi. Dessa forma, o questionamento sobre a participação indígena na confecção do Mensageiro permaneceu como um ponto inquietante, pois no relato da irmã Rebeca, como foi mostrado antes, e no próprio jornal – especialmente na primeira edição – um indígena era apontado como sendo o editor, já que era “de índio para índio”. Questionada sobre isso, irmã Rebeca revela que os primeiros números do jornal colocam Geraldo Lod Galibi como editor e que ele atuava efetivamente nessa produção, mas no decorrer do tempo foi ficando cada vez mais difícil estabelecer uma comunicação entre eles:

Nos primeiros números, quando era tudo de índio para índio, tudo passava por ele. Aí que a gente teve dificuldade com a comunicação. Por isso que mudou, porque ele estava lá no rio Oiapoque. Não na cidade, no rio Oiapoque. Não tinha estrada ainda para chegar para o Oiapoque. E demorava. Saía pouquíssimos números porque até que havia toda esta troca né. Então, devagar, devagar...não tão devagar, não! Meio rápido! Eu acho até no terceiro ou quarto número já não constava o Geraldo como editor. Começou assim. Era o corpo editor era ele, mas não constava mais (Irmã Rebeca, entrevista cedida em 5 de outubro de 2022).

Assim sendo, a interlocutora, durante a sua fala, relaciona muito mais o processo de produção do Mensageiro aos membros do Cimi, colocando-se nesse cenário, do que a uma participação indígena – como é o caso de Geraldo Lod Galibi, em tese o editor do jornal –. De fato, como expresso pelo relato acima, o indígena só aparece como editor nas primeiras edições, mais especificamente até a 5ª edição, do ano de 1980, portanto, um ano após a criação do jornal. A partir disso, no cabeçalho não fica explícito na capa quem é a pessoa ou a equipe responsável pela edição. Entretanto, irmã Rebeca ressalta que a equipe editora do Mensageiro era constituída por ela, padre Nello e Artur Dias (funcionário do Cimi). A ideia de criação do jornal Mensageiro pode ter sido uma iniciativa propriamente indígena, porém, sua materialização estava mais atrelada aos religiosos e seus colaboradores, como a gráfica Suyá, que era a gráfica da SDDH (Sociedade Paraense de Direitos Humanos) e que por um tempo ajudou na impressão do material. Inclusive, da



13ª edição em diante essa gráfica aparece como responsável pela impressão do jornal¹⁰, o que demonstra o envolvimento que o Mensageiro e o próprio Cimi tinha com outras organizações.

Por conseguinte, as primeiras edições foram produzidas por pessoas que não tinham experiência na área jornalística, nem os recursos técnicos necessários para a produção de um jornal com a “cara” de um jornal, muito menos se for tomado como modelo os jornais da chamada grande imprensa, com suas enormes tiragens, sua periodicidade diária, grandes investimentos, entre outras características. Trata-se de pessoas que foram aprendendo com a prática, pois como comenta Irmã Rebeca: “Tudo era manual, colado. Não tinha...era muito primitivo mesmo!” (Irmã Rebeca, entrevista cedida em 05 de outubro de 2022). Por essas e outras características é que o Mensageiro é encarado aqui como parte da imprensa alternativa, mais especificadamente uma imprensa indigenista e com traços de ser também indígena. Este último ponto é justificado a partir do próprio objetivo deste trabalho, que é capturar o protagonismo indígena por meio do jornal, portanto, como a presença indígena aparece e está relacionada ao Mensageiro e como este fora utilizado por esses agentes sociais como um meio estratégico para alcançar alguns de seus objetivos.

Segundo as entrevistas, os materiais técnicos, como as fitas, máquinas fotográficas e máquinas datilográficas, eram levados às aldeias através dos missionários. Nas comunidades indígenas que possuíam estreito contato com o Cimi, como os Surui e os povos do Amapá, onde, portanto, o fluxo de missionários era mais intenso, eram recolhidos materiais diversos para a publicação no Mensageiro, como fotografias, cartas, informações, denúncias, desenhos, entre outros. As fotografias são um bom exemplo, pois, especialmente no relato da missionária Irmã Rebeca, ficou nítido que esse trabalho era feito pelo padre Nello Ruffaldi. Isso também pode ser observado na legenda de muitas imagens das primeiras edições, pois ele aparece como o autor delas. Mas, é necessário enfatizar que os povos indígenas também participaram desse processo de “alimentar” o jornal. Aliás, são os povos indígenas que são apontados como os responsáveis pela seleção daquilo que seria mandado ao Cimi, para então passar por todo o processo

¹⁰ Até o momento, não constatei quando exatamente a gráfica Suyá começou a imprimir o Mensageiro. O que foi constatado, sobretudo analisando as edições, é que a gráfica imprimiu o jornal até a edição de número 96, do ano de 1996. Daí em diante ele passou a ser impresso pela gráfica Graphitte.



editorial e em seguida ser publicado: “As coisas que preocupam os povos alimentavam o Mensageiro” (Irmã Rebeca, entrevista concedida em 05 de outubro de 2022).

Sobre esse processo de recolher informações para publicar no Mensageiro, notou-se, a partir das edições do jornal, que alguns indígenas ficavam responsáveis por essa tarefa de juntar material suficiente para publicação. Uma dessas pessoas que é frequentemente citada pelo jornal é Álvaro Karipuna, tido como repórter em algumas edições. Constatou-se que a atuação dele se dava, sobretudo, no âmbito das assembleias indígenas. O indígena registrava os depoimentos, as pautas e as situações que aconteciam durante esses encontros, como é o caso da 2ª edição, de agosto de 1979, que retrata as principais questões que nortearam a III Assembleia Nacional do CIMI, realizada em Goiânia, em julho do mesmo ano, alguns meses após a criação do Mensageiro. Ao discorrer sobre essa atuação de Álvaro Karipuna como repórter, Manoel Sorácio Galibi assinala: “Qualquer reunião ele vai lá, ele é tipo jornalista mesmo” e ainda “Naquele tempo, pessoal discutia, ele só anotava. Depois ia pra casa, passava uma semana e reunia todas as ideias, escrevia e ia bater na máquina, tipo uma ata” (Sorácio, entrevista concedida em 11 de novembro de 2022). O principal ponto é observar que o jornal Mensageiro tinha um “mensageiro” e que este geralmente é apresentado como sendo um indígena, como foi o caso abordado anteriormente. As fontes apontam para essa perspectiva.

Ao longo das edições é notório a troca de cartas entre os povos. Aliás, as cartas, tão presentes no jornal, constituem fontes privilegiadas para esta pesquisa, já que ajudaram a sanar a dificuldade de encontrar a participação indígena no jornal Mensageiro. Através delas é possível perceber não apenas os sentimentos por meio das palavras e entonações escolhidas, o nível de acesso que essas pessoas tiveram à língua portuguesa, os interesses delas e a interferência e influência da Igreja Católica nos discursos expostos. Durante a pesquisa, depreendeu-se que, em geral, os relatos transcritos preservaram a forma falada dos depoimentos, o que, por sua vez, pode indicar mais uma vez essa presença indígena. Um caso representativo nesse sentido é o de Daniel Cabixi, indígena Pareci do Mato Grosso, que possui várias mensagens publicadas no jornal Mensageiro. Algumas delas estão na 2ª edição e expressam, em relação aos outros relatos, uma linguagem mais filosófica, com maior domínio da língua portuguesa e influência de



concepções cristãs, como a ideia de fraternidade. Minha hipótese é que essas questões identificadas nas mensagens de Daniel Cabixi possam ser explicadas pela sua trajetória de vida, marcada por uma convivência com a Igreja Católica. Em um texto do indígena, ele conta que foi retirado do seu seio familiar muito cedo e levado para uma instituição de padres jesuítas. Nesse local, recebeu uma educação “de branco”, ou seja, voltada a conhecimentos não indígenas (CABIXI, 2001) e, pressuponho, com aspectos religiosos.

Na maior parte das vezes as cartas eram publicadas depois de datilografadas, mas com o andamento da pesquisa foram encontradas algumas cartas escritas à mão, ou seja, com a própria grafia de quem escrevia, inclusive, a assinatura. A 12ª edição, do ano de 1981, é representativa nesse sentido, pois três das cartas publicadas nela estão com o formato de escrita original. Essas cartas falam das precárias situações vividas naquele momento por dois povos indígenas: Tembé e Tapirapé. Trata-se de problemas relacionados à questão da terra, conflitos agrários que envolvem vários agentes históricos:



índigenas, fazendeiros, Fundação Nacional do Índio (Funai)¹¹, posseiros, empresários, entre outros¹².

Na figura 2 estão presentes as cartas mencionada antes. Nessa página há duas cartas. A primeira é dividida em duas seções, uma do lado da outra, ambas na parte superior da página. Trata-se de uma carta datada do dia 10 de setembro de 1981,

Figura 2 - Cartas de indígenas publicadas na íntegra



Fonte

digital

¹¹ A Funai, órgão indigenista do governo federal, foi criada em 1967. Desde então, a sigla expressava Fundação Nacional do Índio. Entretanto, através da Medida Provisória nº 1.154, Capítulo VII, Artigo 58, de 1º de janeiro de 2023, o nome do órgão mudou para Fundação Nacional dos Povos Indígenas, permanecendo a mesma sigla utilizada anteriormente.

¹² As complexidades que envolvem essas relações entre esses vários agentes históricos não serão aprofundadas aqui, para que esse texto não fuja da proposta inicial do artigo e não se estenda muito em sua análise.



endereçada à Funai, como o título acima sugere, e assinada por dois homens representantes do povo Tembé. A segunda, que ocupa parte do lado direito do jornal, é datada de 15 de agosto de 1981 e parece ser endereçada ao povo Tembé como um ato de mobilização, convidando um representante deste povo para ir a Brasília, juntamente com indígenas Tapirapé, cobrar da Funai ações que respeitassem efetivamente as demandas indígenas daquele momento. Assim como a carta antecedente, essa também foi assinada. Outrossim, alguns aspectos podem ser observados nessa página, como o desenho de duas mulheres olhando para as águas do que lembra um rio. Nas águas é espelhado a imagem de uma caveira, o que muito provavelmente significa a ameaça de morte que os indígenas estavam sofrendo diante da possibilidade de perderem suas terras. A outra imagem é uma fotografia de crianças indígenas se banhando e brincando no que é descrito como um lago. Em suma, são elementos estrategicamente colocados para estabelecer uma relação entre os conteúdos veiculados, nesse caso, os sentidos que os indígenas atribuíam aos seus territórios.

Considerações Finais

O jornal Mensageiro possui uma riqueza de cartas publicadas, sejam elas digitadas ou escritas à mão. Algumas em línguas indígenas e acompanhadas de tradução. Em síntese, são trocas feitas entre os povos indígenas, compartilhando suas situações, seus conhecimentos, suas demandas e fazendo convites. A comunicação foi estabelecida. Logo, isso confirma que esse jornal foi visto pelas comunidades por onde circulou como uma espécie de “correio”. Isso é interessante se for levado em consideração que o público alvo do Mensageiro, segundo as fontes, era os povos indígenas. Portanto, um dos principais objetivos norteadores da criação do jornal foi devidamente atingido. Por conseguinte, pode-se afirmar que o jornal cumpriu bem a sua função.

Conforme visto ao longo do texto, o Mensageiro foi apropriado pelos indígenas que tiveram contato com ele, que o usaram estrategicamente como um instrumento de mobilização, reivindicação, denúncia e comunicação (OLIVEIRA, 2023). Esta última ocorreu, sobretudo, entre si. Certamente os missionários tiveram papel fundamental no processo de viabilizar essa conjuntura, mas perceber como os próprios indígenas agiam e reagiam com relação a esse material foi o elemento mais instigador para a realização deste trabalho. Os indígenas souberam utilizar o contexto a seu favor, mobilizando as



possibilidades que seriam mais favoráveis a eles. Se a aliança com a Igreja Católica, com todo o desenvolvimento da sua Teologia da Libertação – e consequentemente a criação de um jornal que se pretendia “de índio para índio” – proporcionou vantagens a esses indígenas, a capacidade de agência encontra-se justamente aí.

Elisa Garcia (2008) já havia registrado atitudes estratégicas por parte de indígenas Minuanos no século XVIII, no Sul do que viria a ser o Brasil. Ou seja, é a capacidade de utilizar as condições disponíveis no contexto a seu favor e estabelecer as alianças necessárias visando o atendimento de seus próprios interesses. Trata-se daquilo que John Manuel Monteiro (1999) analisou como sendo a percepção, apreensão e instrumentalização de situações por parte das populações indígenas no sentido de lidarem com o contexto, seja ele de contato com a sociedade colonial ou nacional. Portanto, dentro de uma perspectiva da Nova História Indígena, essa agência indígena não é recente. O que foi desenvolvido ao longo deste texto ressalta essa questão. Os indígenas alimentaram o jornal Mensageiro, se fizeram presentes nele. Eles divulgaram suas ideias, suas reclamações, recolheram informações, selecionaram o que poderia ser publicado e leram o material. Como diria Maria Regina Celestino de Almeida, passaram “dos bastidores ao palco” (1999, p. 13).

Referências

AGUIAR, Flávio. Imprensa alternativa: opinião, movimento e em tempo. *In*: LUCA, Tania Regina.; MARTINS, Ana Luiza (orgs.). **História da Imprensa no Brasil**. 2 ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012.

BRASIL. Medida provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023. **Presidência da República**, Secretaria Geral, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, Capítulo VII, Artigo 58, p. 31. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2023-2026/2023/Mpv/mpv1154impressao.htm. Acesso em: 23 de agosto de 2023.

CABIXI, Daniel Matenho. Educação Escolar entre os Pareci, Nambikwara e Irantxe no contexto socioeconômico da Chapada dos Parecis, MT. *In*: SALANOVA, Andrés; VEIGA, Juracilda (orgs.). **Questões de educação escolar indígena: da formação do professor ao projeto de escola**. Brasília: FUNAI/DEDOC/ALB, 2001.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2010. 168 p.

CUNHA, Manuela Carneiro da; DALLARI, Dalmo de Abreu; VIDAL, Lux (orgs.). **A questão da terra**. São Paulo: global editora, 1981 (Cadernos da Comissão Pró-Índio, 2).



GARCIA, Elisa Frühauf. Quando os índios escolhem seus aliados: as relações de “amizade” entre os minuanos e os lusitanos no sul da América portuguesa (c. 1750-1800). **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 24, n. 40, p. 613-632, jul/dez. 2008.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

MONTEIRO, John. Manuel. Armas e armadilhas: história e resistência dos índios. *In*: NOVAES, A. (org.). **A outra margem do ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 237-248.

OLIVEIRA, Alana Wictória Lima de. O problema da terra no jornal Mensageiro: uma questão de agência indígena (1979-1988). *In*: MAIA, Livia Lariça Silva Forte; SULIMAN, Sara da Silva (orgs.). **História indígena e do indigenismo**: novos olhares e perspectivas em pesquisa e ensino. Ananindeua: Cabana, 2023. p. 115-130.

REIS, Daniel Aarão. A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatista. *In*: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 11-29.

SILVA, Sandro Ramon Ferreira da. **Teologia da Libertação**: Revolução e reação interiorizadas na Igreja. 2006. 141 f. Dissertação (Mestrado em História Contemporânea) – Centro de Estudos Gerais, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

SUESS, Paulo. **A causa indígena na caminhada e a proposta do Cimi**: 1972-1989. Petrópolis: Vozes, 1989.

UNIDADES regionais. Conselho Indigenista Missionário. Disponível em: <https://cimi.org.br/o-cimi/#regionais>. Acesso em: 23 de agosto de 2023.